



Notas informativas

Missão Empresarial à Holanda



O diretor titular adjunto do DMA e diretor de meio ambiente do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), Eduardo San Martin liderou missão empresarial reunindo 30 empresários que embarcaram para Amsterdã no dia 18/09, objetivando conhecer os mais modernos sistemas de reciclagem de resíduos sólidos em operação na Europa, com apoio do Consulado da Holanda. A programação incluiu visitas com acompanhamento técnico às principais empresas de reciclagem de carcaças de veículos, vidro, lâmpadas de mercúrio, eletroeletrônicos e embalagens de plástico, bem como uma planta de geração de energia a partir dos resíduos. Os participantes tiveram acesso ainda à "Gorinchem Recycling Exhibition 2012" – uma das principais feiras de reciclagem do mundo, com mais de 230 expositores abrangendo empresas e organizações no mercado de coleta e tratamento de resíduos, cuja amplitude de mercado ofereceu um local único para todos os segmentos da indústria da reciclagem.

Seminário internacional debate licenciamento com avaliação de impacto ambiental

Nos dias 20 e 21 de setembro, o DMA esteve presente por meio do diretor adjunto Paulo Dallari no auditório Augusto Ruschi, sede da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA). O Seminário teve como objetivo debater os procedimentos de avaliação de impacto ambiental visando a agilização do processo de licenciamento. Na sequência à abertura, foi realizada a Mesa Redonda cujo tema foi "Licenciamento com Avaliação de Impacto Ambiental - Instrumento de Gestão Ambiental". "A Visão dos Usuários" foi o tema da "2ª Mesa Redonda", no período da tarde, com participação do representante da Fiesp, Paulo Dallari que reconheceu os avanços do licenciamento ambiental no Estado, sobretudo após as iniciativas de unificação dos

órgãos licenciadores com o Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema), ocorridas em 2009; e ressaltou que o aprimoramento da avaliação de impacto ambiental requer trabalho amplo para o qual será importante estabelecer agenda que consolide instrumentos técnicos, jurídicos e institucionais afetos ao planejamento territorial, além de considerar os aspectos ambientais relacionados com novas demandas da sociedade. Na conclusão do evento foi apresentado o relatório final com as "Lições aprendidas, desafios e propostas futuras. Para mais informações e visualização das apresentações, acesse: Cetesb, <http://bit.ly/QmMbWP>.

8º Prêmio de Conservação e Reúso de Água 2013



A Fiesp, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água, no mês de março de 2013, promove o 8º Prêmio Fiesp de Conservação e Reúso de Água, que objetiva incentivar boas práticas do uso eficiente da água na indústria, gerando benefícios para toda a sociedade. As inscrições para a 8ª edição do Prêmio poderão ser feitas pela internet até 20 de dezembro de 2012, por meio do endereço eletrônico: <http://www.fiesp.com.br/premioagua>.



Mudança do Clima..... Decisão da Cetesb sobre apresentação inventários de emissões de GEE das empresas

Por meio da Decisão de Diretoria (DD) nº 254, de 22 de agosto de 2012, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) estabeleceu critérios para a elaboração de inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por empreendimentos. Segundo essa DD, as empresas serão obrigadas a apresentarem relatórios de emissões de GEE anualmente no mês de abril, sendo o primeiro em abril de 2013, relatando as emissões do ano de 2012. A Fiesp e os setores industriais estão avaliando o texto que na íntegra pode ser acessado em: Cetesb, <http://bit.ly/QRQAjC>.

COP 18 – Doha

Técnicos e negociadores do Brasil, da África do Sul, da Índia e da China, que integram o grupo chamado *Basic*, reuniram-se no dia 20

de setembro, na sede do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty. A ideia foi dar início às discussões para um entendimento comum sobre as medidas e políticas que devem ser adotadas pelas nações do mundo para minimizar os impactos negativos produzidos pelas mudanças climáticas. Na reunião, técnicos, especialistas e autoridades discutiram propostas sobre o que será apresentado e defendido na 18ª Conferência das Nações Unidas para o Clima (COP 18) que será realizada em Doha no Catar, em novembro e dezembro deste ano, na qual participarão representantes de 190 países.

Resíduos Sólidos.....**SP ganhou 150 mil lixeiras de rua neste ano, mas 60 já são destruídas por dia**

Quem caminha por avenidas como a Pompeia, na zona oeste, a Ipiranga, no centro, ou a São Miguel, na zona leste de São Paulo, vai encontrar uma cena em comum: todas estão lotadas de lixeiras novas, praticamente uma a cada poste. Elas fazem parte de um lote de 150 mil lixeiras instaladas desde o início do ano. Mas o vandalismo persiste: 60 equipamentos são quebrados por dia em São Paulo, segundo a Secretaria Municipal de Serviços. Em relação a 2010, esse índice triplicou. A instalação das lixeiras custou cerca de R\$ 10 milhões. O investimento estava previsto no novo contrato da limpeza pública, em vigor em dezembro de 2011. O modelo dividiu a cidade em duas áreas, sob o comando das empresas Soma e Inova. De acordo com a região de atuação, cada uma delas é responsável pela varrição das ruas, limpeza das bocas de lobo e instalação e manutenção das lixeiras públicas. Somadas com as 36 mil que já existiam na cidade, São Paulo tem hoje um recorde de 186 mil equipamentos do tipo.

Fonte: *Estado de São Paulo*, 3/9, pág. C1.

Lei está aquém de demandas da logística reversa

A Lei Geral de Resíduos Sólidos prevê incentivos para atividades de reciclagem e de logística reversa. Esse apoio pode fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso dessas iniciativas, mas a lei não especifica que tipo de incentivo deve ser concedido. A primeira iniciativa prática foi a concessão de crédito presumido de IPI para indústrias que compram matéria-prima reciclável diretamente de cooperativas de catadores, que passou a vigorar no fim de 2011. O crédito é de 10% a 50% sobre o valor do material

adquirido e o benefício vigora até 2014. O resultado, no entanto, está abaixo do esperado pelo governo federal.

Fonte: *Valor Econômico*, 4/9, pág. F5.

Programas avançam em cidades de médio porte

Sorocaba, a cem quilômetros de São Paulo, é um exemplo de cidade que tem avançado na gestão de seu programa de coleta seletiva, que existe desde 2006. A Prefeitura fixou a meta de dobrar, em três anos, o alcance do programa, que hoje atende 15% das residências e é responsável por coletar, em média, 330 toneladas/mês de materiais recicláveis. Para isso virão recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): em agosto, a Prefeitura de Sorocaba e o banco assinaram um acordo de R\$ 10 milhões para ampliação do programa na cidade. O apoio do BNDES é não reembolsável, com recursos do Fundo Social do Banco, e corresponde a 50% do valor total do projeto. O restante vem de recursos próprios do município, que tem 596 mil habitantes. Vai custear a compra de veículos (caminhões e triciclos motorizados) e equipamentos para beneficiamento dos resíduos, além da construção de dois novos galpões para receber os materiais e cursos de capacitação para a mão de obra.

Fonte: *Valor Econômico*, 4/9, pág. F2.

Tecnologia Ambiental.....**Novas embalagens agregam valor a hortifrutículas e evitam perdas**

Novas embalagens podem evitar o grande desperdício de frutas e hortaliças que acontece hoje no Brasil. Este é o objetivo de uma pesquisa conduzida no Instituto Nacional de Tecnologia (INT). As novas embalagens podem manter o produto intacto até o consumidor final, agregando valor às diversas etapas da cadeia produtiva. Dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) apontam que cerca de 39% das frutas e hortaliças sequer chegam à mesa do consumidor. Para enfrentar o problema, a área de Desenho Industrial do INT, com a colaboração da Embrapa Agroindústria de Alimentos e do Instituto de Macromoléculas desenvolveu sistemas de caixas retornáveis mais eficientes. Em sua fase final, o projeto já conta com soluções que podem trazer uma significativa redução das perdas e melhorar a circulação desses alimentos no mercado interno e para exportação. Uma das embalagens consiste em uma base padronizada na largura e comprimento, com três alturas diferentes para comportar dimensões distintas de frutos. A essa base - que se empilha em módulos perfeitos - sobrepõem-se uma bandeja fina, que tem inúmeras concavidades apropriadas ao exato tamanho de cada fruto - o empilhamento garante espaço para a ventilação dos vegetais. Feita em material plástico resistente, após o

transporte, a base dobra e retorna ao produtor. A bandeja, que segue até a prateleira ou consumidor final, é reciclável, usando materiais como jornais velhos.

Fonte: *Inovação Tecnológica*, <http://bit.ly/ShXNcg>.

Licenciamento Ambiental.....

Usinas esperam licença ambiental há dez anos

Um conjunto de grandes empresas tenta aproveitar a tramitação da medida provisória que permite a prorrogação das concessões de energia, no Congresso Nacional, para resolver um dos impasses mais antigos do setor: a situação de 11 usinas hidrelétricas licitadas pelo governo há dez anos ou mais, sem licença ambiental prévia e com regras anteriores ao modelo vigente desde 2004, que jamais conseguiram sair do papel. As empresas veem chances reais de desengavetar pelo menos sete ou oito projetos, com potência de quase 2 mil megawatts (mw) e investimentos estimados em R\$ 10 bilhões, mas pedem mudanças que esbarram na burocracia do Ministério de Minas e Energia e da Secretaria do Tesouro Nacional. Agora, uma série de emendas parlamentares à MP 579 pode viabilizar essas hidrelétricas, que chegaram a um momento decisivo. A primeira mudança pedida pelos empreendedores se refere ao novo prazo de concessão das usinas. Eles ganharam o direito de exploração comercial por 35 anos, mas já gastaram pelo menos uma década em tentativas fracassadas de avançar no licenciamento ambiental. Isso porque as hidrelétricas eram leiloadas, antes de 2004, sem a exigência de licença prévia. Agora, as empresas querem que o período de concessão seja zerado e contado apenas a partir da emissão do sinal verde dos órgãos ambientais, a fim de terem tempo suficiente para recuperar o investimento.

Fonte: *Jornal Valor Econômico*, 02/10/2012

Departamento de Meio Ambiente (DMA/Fiesp)

Evento anual do Programa Brasileiro GHG Protocol

Em 04 de setembro, o DMA participou do evento anual organizado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas (GVCes) ocorrido na cidade do Rio de Janeiro na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Foram apresentados dois painéis: o primeiro sobre financiamento, incentivos e energia renovável para o baixo carbono, que contou com a participação do superintendente da área de meio ambiente do BNDES, Sérgio Weguelin e das pesquisadoras do GVCes Ângela Pitel e Roberta Simonetti; e o segundo sobre políticas públicas

de mudanças climáticas no âmbito nacional e subnacional, no qual participaram o diretor de competitividade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Alexandre Comin, e o presidente da *Climate Action Reserve*, Gary Gero. Na ocasião, Comin apresentou aspectos do Plano Indústria que esteve sob consulta pública até o dia 15 de agosto, ressaltando o que este documento possibilitará na condução da Política Nacional sobre Mudança do Clima como a criação de um selo de eficiência energética para bens de capital, a criação de um sistema *fast track* de concessão de patentes para tecnologias de carbono, entre outros pontos. O evento foi finalizado com a apresentação, por parte do GVCes, dos principais resultados do ano de 2011 do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, coordenado pela Entidade.

Conselho Empresarial de Meio Ambiente da Firjan/Cirjan

Em 04 de setembro, o DMA, a convite da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), esteve presente à reunião do Conselho Empresarial de Meio Ambiente da Firjan e do Centro das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Cirjan). Na ocasião, foi apresentado o panorama das aplicações das compensações ambientais no Rio de Janeiro pelo subsecretário executivo da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), Luiz Firmino, bem como discutidos outros aspectos do modelo de gestão pública ambiental em andamento naquele Estado, como o portal de licenciamento, política de resíduos, e comitês de bacias hidrográficas.

Áreas contaminadas

Nível nacional

Grupo de Trabalho GT-04 - Resíduos perigosos e áreas órfãs
O GT-04 é parte integrante do Comitê interministerial e foi instituído pelo Decreto 7.404/2010, que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Foi instalado em 19 de janeiro de 2012, com o objetivo de elaborar propostas de regulamentação para o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Perigosos e, definir e avaliar a implantação de mecanismos específicos voltados para promover a descontaminação de áreas órfãs. Considerando a complexidade do tema relacionado às áreas contaminadas e que não há regulamentação em nível federal, os integrantes do GT-04 decidiram ampliar a proposta não apenas para áreas órfãs, mas apresentar uma proposta de Projeto de Lei para a gestão de áreas contaminadas, incluindo as áreas órfãs. Participam das reuniões, entre outros, representantes do Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério das Minas e Energia, Confederação Nacional da Indústria (representada pela Fiesp), Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), Associação

Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), Frente Nacional dos Prefeitos, Associação Brasileira das Empresas de Consultoria e Engenharia Ambiental (Aesas) e Petrobras. Nos dias 18 e 19 de setembro, foi apresentada proposta final do projeto de Lei (PL) que estabelece diretrizes para a gestão de áreas contaminadas e cria o Fundo Nacional de Áreas Contaminadas. Segundo informações da coordenadora, o documento, após algumas correções de forma, será encaminhado aos membros do Comitê Interministerial. Nessa versão não há exigência de seguro/garantia bancária, compensação ambiental ou Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre produtos.

PL sobre áreas contaminadas 2372/11 – Arnaldo Jardim

O Deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) apresentou em 17 de novembro de 2011 Projeto de Lei (PL) que estabelece diretrizes para a prevenção da contaminação do solo, cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Substâncias Perigosas e o Fundo Nacional para a Descontaminação de Áreas Órfãs Contaminadas e altera art. 8º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. O PL foi encaminhado para as Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania. Tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. O setor industrial está promovendo reuniões para discutir o PL e propor emendas para seu aprimoramento ou um substitutivo integral.

Nível estadual (São Paulo)

Regulamentação da Lei 13.577/09 – Áreas contaminadas

Por orientação do Secretário de Meio Ambiente em reunião do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema) realizada em 5 de junho de 2012, a minuta de Decreto que regulamenta a Lei 13.577/09 foi direcionada para a Comissão Processante e de Normatização do Consema para discussão dos questionamentos apresentados pela Fiesp e pelo Ministério Público Estadual. Foram realizadas até o momento, 7 (sete) reuniões em que se discutiram as contribuições da Fiesp e do Ministério Público ao texto da minuta de Decreto. Permanecem como principais temas em que não há consenso: a) o recolhimento de indenização ao Fundo Estadual de Áreas Contaminadas (Feprac) de parcela ligada ao licenciamento ambiental sem que qualquer dano ambiental tenha ocorrido, a título de compensação ambiental; b) a exigência imposta ao responsável legal de apresentar a garantia bancária ou o seguro ambiental, no valor mínimo de 125% do custo estimado do Plano de Remediação. Isto será um gargalo importante para a efetiva

aplicação do gerenciamento de áreas contaminadas, uma vez que a apresentação de uma das garantias é pré-requisito para aprovação do Plano de Remediação e c) o recolhimento de valor ao Feprac de valor correspondente ao volume de água que se tornou indisponível para exploração em função do estabelecimento de área de restrição de uso.

Seminário Reúso de Água e Efluentes Industriais

Nos dias 27 de setembro e 03 de outubro, a especialista do DMA, Anícia Pio, fez apresentação no Seminário Reúso de Água e Efluentes Industriais, organizado em conjunto com o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) de Campinas e Santo André, respectivamente, para divulgação do tema e também da 8ª edição do Prêmio de Conservação e Reúso de Água. O evento contou com a participação do Gerente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e da Diretoria do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) da região. Também foram apresentados casos de sucesso de empresas que já implantaram estas boas práticas.

Fóruns Ambientais

Conselho Temático de Meio Ambiente (Coema)

Regional Sul-Sudeste

Em 02 de outubro, o DMA esteve presente à 4ª reunião do Coema Regional das Federações das Indústrias dos Estados do Sul-Sudeste, em Curitiba/PR. No encontro, foram apresentados temas relativos a: cenário energético, novas tecnologias (casa sustentável), soluções tecnológicas de transformação de resíduos em energia, eficiência energética e o Laboratório de Servoacionamento do Senai. Participaram da reunião os conselheiros das respectivas Federações, o presidente do Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep) Edson Campagnolo, Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná Jonel Nazareno Iurk, e o presidente do Conselho de Meio Ambiente da Fiep Fabio Pires Leal, entre outros. Um dos principais focos da reunião, além de aspectos energéticos como a geração distribuída de biogás e biodigestores, foi a experiência com a casa sustentável, na qual buscou-se colocar todas as soluções possíveis em termos de meio ambiente e sustentabilidade. A experiência faz parte do núcleo de novas tecnologias que o Senai/PR deverá inaugurar em breve. A próxima reunião do Coema/Regional Sul-Sudeste deverá ser em São Paulo/SP, em 03/2013.

Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)

Força-Tarefa (FT) de Meio Ambiente

Em 11 de setembro, o DMA participou da reunião desta FT, na sede da Promon em São Paulo/SP, na qual deu-se

seqüência ao plano de ação definido na reunião de agosto passado, tendo sido selecionados, com justificativas técnicas, os primeiros 18 indicadores do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do *Global Reporting Initiative* (GRI), ambientais, econômicos e sociais, em especial os da primeira categoria, relacionados aos dois primeiros itens (e três sub-itens) da Carta de Compromissos assinada por cerca de 250 organizações, na sua maioria signatárias do Pacto Global e membros da rede brasileira. Estes dois itens foram: 1) buscar sempre o resultado econômico sustentável, aquele que considera a obtenção desses resultados associados à maximização dos benefícios ambientais e sociais e à minimização de possíveis impactos negativos; 2) atuar nos nossos processos produtivos e nas nossas cadeias de valor (fornecedores e clientes) de forma a: a) continuar a melhorar a eficiência do uso de recursos ambientais (energia, materiais, solo, água etc.) e a reduzir qualquer forma de desperdício (resíduos, efluentes, gases de efeito estufa etc.); b) ampliar o uso de fontes de energia ou de matérias-primas renováveis; e c) promover o diálogo, a cooperação e o comprometimento visando ampliar a contribuição da cadeia para o desenvolvimento sustentável.

Força-Tarefa (FT) de Comunicação

Em 12 de setembro, o DMA participou da reunião desta FT, na sede Associação Comercial do Paraná (ACP), em Curitiba/PR, na qual aprovou-se a apresentação da análise do trabalho desta FT e a proposta de ação para 2013, a partir de uma matriz de pontos fracos, pontos fortes, desafios e oportunidades que levou à definição de objetivos, metas, estratégias e medidas, para compor o planejamento estratégico do CBPG para 2013. Esta FT coordenará todos os processos e fluxos de comunicação da secretaria executiva ao CBPG, do CBPG à rede brasileira do Pacto Global, da secretaria executiva à rede brasileira, bem como do *Global Compact* em Nova York, tanto ao CBPG como à rede brasileira; a produção de um boletim mensal, com informações sobre a rede, a iniciativa, os treinamentos para realização das Comunicações de Progresso (COPs) das empresas, entre outras informações e notícias relevantes de outras FTs; e a renovação do site do Pacto Global-Rede Brasileira, entre as principais atividades.

Reunião mensal

Em 12 de setembro, o DMA participou da reunião mensal deste comitê, na sede do Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas (Isae-FGV), em Curitiba/PR, em cuja pauta destacaram-se: os relatos das forças-tarefa do Comitê, quais sejam, de meio ambiente, de comunicação (no modelo de avaliação

tipo *Objective, Goals, Strategies and Measures* (OGSM) - ver nota sobre FT Comunicação, segundo o qual todas as FTs foram convidadas a se apresentar), direitos humanos, anticorrupção, governança e educação; e a apresentação de programas voltados ao respeito, aos direitos humanos da Itaipu Binacional, por representante da empresa signatária do Pacto Global.

Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

299ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema

Em 18 de setembro, o DMA esteve presente à reunião em que tomaram posse os novos conselheiros para o mandato de 2012 a 2014. O diretor titular do DMA, Nelson Pereira dos Reis e o diretor adjunto do DMA, Paulo Dallari permaneceram como representantes da Fiesp nas cadeiras de titular e suplente respectivamente. Para a representação do Consema junto à Câmara de Compensação Ambiental foi escolhido o conselheiro Paulo Nogueira-Neto. Ao final, ocorreu a apresentação do Plano de Fiscalização de Queimadas e Incêndios Florestais – Operação Corta-Fogo, que recebeu diversas sugestões de complementos.

Comissão Processante e de Normatização

Dia 20 de setembro, em continuidade à discussão iniciada em 6 de agosto, o DMA/Fiesp participou da reunião de votação do relatório da Comissão Processante de Normatização do Consema, que discute a minuta do decreto de regulamentação da Lei 13.577/09, que dispõe sobre diretrizes e procedimentos para a proteção da qualidade do solo e gerenciamento de áreas contaminadas, e dá outras providências correlatas.

Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH)

Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)

Em 04 de setembro, o DMA esteve presente à reunião realizada na Secretaria de Meio Ambiente (SMA), na Coordenadoria de Planejamento, em São Paulo/SP. Na ocasião, foi discutida a proposta para o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

Câmara Ambiental da Mineração da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)

Em 27 de setembro, o DMA esteve presente à reunião desta Câmara Ambiental, com a presença da coordenadora das Câmaras Ambientais da Cetesb, Maria Luíza Freire, bem como de seis entidades representativas do setor produtivo, entre as quais o Comitê de Mineração (Comin/Fiesp), cujo objetivo foi eleger a nova presidência desta Câmara, bem como definir quem irá exercer o cargo de secretário executivo, nos próximos dois anos. Ainda nesta reunião, como parte do plano de trabalho previsto em regimento,

foram definidos quatro grupos de trabalho com seus respectivos coordenadores. A próxima reunião acontece em 25 de outubro, na Fiesp.

Conselho Municipal de São Paulo do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Cades)

143ª Reunião Plenária Extraordinária

Em 19 de setembro, o DMA esteve presente à reunião ocorrida no espaço da Escola Municipal de Astrofísica, no Parque do Ibirapuera, ocasião em que foi apresentada a "Articulação Arquitetônica e Urbanística dos Estudos de Pré-Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Hidroanel Metropolitano de São Paulo", por representante do Departamento de Projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), para apreciação dos conselheiros.

Comitê de Cadeia Produtiva da Mineração (Comin/Fiesp)

GT Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)

Em 27 de setembro, o DMA participou da reunião mensal deste comitê, cujos destaques foram: 1) a presença do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), por meio de Rinaldo César Mancini, que apresentou vídeo promocional da candidatura do Brasil à sede da edição de 2016 do Congresso Mundial de Mineração, "Rio 2016 - World Mining Congress", feita no ano passado, em Viena. Aproveitou também para convidar as entidades do Comin a serem co-realizadores do evento, uma vez que o Ibram é catalisador da iniciativa; e a presença de Zuleika Lisboa Perez, coordenadora da Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA) SP, que veio falar sobre questões técnicas e jurídicas do Projeto de Lei sobre Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo, em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e que tem potencial de forte impacto no setor de mineração no estado. A próxima reunião acontece em 25 de outubro, na Fiesp.

Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental (APAs) Cabreúva, Cajamar e Jundiá

Em 26 de setembro, o DMA participou da reunião no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), em Jundiá/SP. Na ocasião, foi acompanhada a análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da Barragem do Pirai, dentre outros assuntos.

Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH-Grande)

Em 06 de setembro, o DMA esteve no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), em São José do Rio

Preto/SP para reunião da diretoria do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande - Federal. Na ocasião, foi determinada a agenda e Grupos de Trabalho para o ano de 2012.

Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ)

Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)

Em 03 de setembro, o DMA esteve presente à reunião realizada na Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Rio Claro/SP. Na ocasião, foi discutida a conclusão dos trabalhos do Grupo Técnico de Cobrança (GT-COB), dentre outros assuntos.

Câmara Técnica da Indústria (CT-Ind)

Em 15 de setembro, o DMA esteve presente à reunião realizada em Indaiatuba/SP. Na ocasião, foi tratada a revisão da proposta de novos valores para a cobrança pelo uso da água nos Comitês PCJ.

Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)

Em 19 de setembro, o DMA participou da reunião na Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (Sanasa), em Campinas/SP. Na ocasião, foram relatados os resultados do Grupo Técnico de Cobrança (GT-COB) e discutidos os preços unitários básicos (PUBs) dos valores da cobrança pelo uso da água, dentre outros assuntos.

12ª reunião extraordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB)

Em 04 de outubro, o DMA participou da reunião em que foram apresentadas novas alterações na planilha para atualização dos valores pagos pelo uso da água nas bacias PCJ.

Comitê da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT)

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)

Em 06 de setembro, o DMA esteve presente à reunião realizada na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), em Sorocaba/SP. Na ocasião, foi mostrado um ofício de agradecimento à Proactiva Meio Ambiente Brasil que é responsável pela Central de Gerenciamento Ambiental (CGA) Araçariçuama e os procedimentos para avaliação de projetos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro). À noite, o coordenador regional do DMA, Roberto Polga, palestrou na Faculdade de Engenharia de São Paulo sobre reúso e conservação de água na indústria.

54ª reunião extraordinária plenária.

Em 28 de Setembro, o DMA participou da reunião na Prefeitura de Itú/SP, Na ocasião foi aprovada a ata da 53ª

Reunião Extraordinária do CBH-SMT e foram deliberados os pleitos junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro), conforme Deliberação CBH-SMT nºs 273 e 275 de 2012.

Comitê de Bacia Hidrográfica – Paranapanema (CBH-Paranapanema)

Em 04 de setembro, o DMA esteve no Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), em São Paulo/SP, para apresentação de proposta do Edital de contratação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) para este Comitê. Também foi discutida a análise de inscrição sobre a Comissão Eleitoral.

Reunião do Grupo de Apoio à Gestão e Comitê Eleitoral

Em 04 de setembro, o DMA esteve na sede do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) em São Paulo/SP, para verificar o balanço das inscrições do processo eleitoral. Na ocasião foi proposta a contratação de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) pela Agência Nacional de Águas (ANA) para o grupo de apoio. Em 11 de setembro, o DMA esteve presente à reunião em São Pedro/SP, para habilitação de entidades para eleição dos habilitados no CBH-Paranapanema.

Comitê de Bacia Hidrográfica – Turvo Grande (CBH-TG)

Reunião sobre cobrança pelo uso da água

Em 03 de setembro, o DMA esteve presente ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) de São José do Rio Preto/SP para reunião com a diretoria dessa regional, em que foi discutido o andamento da Cobrança pelo uso da Água no CBH-TG.

Eventos*

Resíduos Sólidos: As Responsabilidades de Cada Setor

Realização: Fiesp e Ciesp
Data: 18 de outubro de 2012
Horário: 18:30 as 21:00

Local: Regional de Osasco
Endereço: R. Paula Rodrigues, 61 – Osasco/SP
Inscrições e Informações: <http://bit.ly/REeSjB>

A qualidade do ambiente interior

Realização: DMA/Fiesp, Comsaúde/Fiesp e Sind. Ind. de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar (Sindratar)
Data: 24 de Outubro de 2012
Horário: 13:30 às 17:30
Local: Sede da Fiesp - 4º andar
Endereço: Av. Paulista, 1313 - São Paulo/SP

Seminário sobre o Reúso de Água e Efluentes Industriais

Realização: Fiesp e Ciesp
Data: 25 de outubro de 2012
Horário: 09:00 as 12:00
Local: Faculdade de Tecnologia Unicamp – Campus Limeira
Endereço: R. Paschoal Marmo, 1888 – Limeira/SP
Inscrições e Informações: <http://bit.ly/SKSOkD>

Mudanças Climáticas: Carbon Foot Print

Realização: Ciclovivo
Data: 05 de Outubro de 2012
Horário: 15:00 às 17:00
Local: Câmara Brasil-Alemanha
Endereço: R. Verdo Divino, 1488 - 3º andar- São Paulo/SP
Inscrições e Informações: www.bit.ly/QXeEQg

Exposição de Inovação e Empreendedorismo de Base Tecnológica (Expocitec)

Data: 15 e 16 de Outubro de 2012
Horário: 10:00 às 20:00
Local: FecomercioSP
Endereço: R. Dr. Plínio Barreto, 285 - São Paulo/SP
Inscrições e Informações: <http://bit.ly/QLaWLe>

7º Congresso Internacional de Bioenergia

Realização: Ufscar
Data: 30 de Outubro a 01 de Novembro de 2012
Horário: 10:00 às 20:00
Local: Centro de Exposições Imigrantes
Endereço: Rod. dos Imigrantes- km 1,5 - São Paulo/SP
Inscrições e Informações: www.bit.ly/OyoAjE

XIV FIMAI/SIMAI – Feira e Seminário Internacional de Meio Ambiente Industrial e Sustentabilidade

Realização: RMAI
Data: 06 a 08 de novembro de 2012,
Horário: 14h00 às 21h00.
Local: Pavilhão Azul, Expo Center Norte
Endereço: R. José Bernardo Pinto, 333 - São Paulo/SP
Inscrições e Informações: www.bit.ly/Z2Uat

Feira Internacional de Composites, Poliuretano e Plástico de Engenharia (Feiplar)

Realização: Artsim
Data: 06 a 08 de Novembro de 2012
Horário: 12:00 às 21:00
Local: Expo Center Norte - Pavilhão Verde
Endereço: R. José Bernardo Pinto, 333 - Vila Guilherme/SP
Inscrições e Informações: <http://bit.ly/SJqcNB>

*gratuitos



Casos de sucesso

Desenvolvimento de tecnologia nacional: os únicos geradores que não contaminam o solo

Empresa: Atlas Copco do Brasil Ltda.

De origem sueca, o grupo Atlas Copco é líder mundial no fornecimento de soluções para a produtividade industrial. Fundada em 1873, a Atlas Copco tem mais de 130 anos de experiência em inovações, visando a uma produtividade sustentável. A empresa fabrica produtos em mais de 20 países, incluindo uma fábrica no Brasil e uma rede mundial de atendimento e vendas que presta serviços em mais de 170 países. A Atlas Copco está há mais de 56 anos no Brasil. Durante esse período, participou de projetos importantes, como a construção das usinas de Itaipu e Tucuruí, dos metrô de São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros. Está organizada em três grandes áreas de negócios: ferramentas, compressores e, mineração e construção.

Descrição das Medidas Adotadas

O uso de geradores de energia portáteis a diesel é um elemento inevitável em qualquer obra de construção civil. Assim como eram inevitáveis problemas de vazamento de fluídos de arrefecimento e lubrificação. O vazamento destes fluídos em grandes quantidades acaba por contaminar o solo, lençóis de água subterrânea, etc. A Atlas Copco desenvolveu uma tecnologia 100% nacional, onde o chassi do gerador é totalmente vedado, com capacidade de armazenamento de 110% dos fluídos existentes no gerador, eliminando por completo qualquer risco de vazamento para o meio ambiente. Além disso, foi criado um programa baseado em um selo de identificação, e quem adere a ele pode utilizar este selo em seus materiais de comunicação, desde a sinalização da obra a anúncios e outros meios de comunicação. Deste modo, os usuários da nova tecnologia se destacam pelo fato de utilizarem um tipo de gerador ecologicamente viável.

Resultados Ambientais e Econômicos

Desde o início do projeto, diversas construtoras e locadoras passaram a utilizar a nova tecnologia de geradores, num movimento que está em contínua expansão. A iniciativa da Atlas Copco está fazendo com que o mercado mude seus padrões. Clientes exigem cada vez mais geradores vedados e todos os principais fabricantes estão desenvolvendo soluções similares dentro deste novo padrão de sustentabilidade para a geração de energia portátil. Um padrão que foi estabelecido através desta importante iniciativa da Atlas Copco no Brasil em prol do meio ambiente.

Câmara Ambiental da Indústria Paulista (Caip/Fiesp)

39ª Sessão plenária



O diretor do DMA, Mario Hirose (à esquerda) coordenou a sessão plenária ao lado do representante da Sindicel, Eduardo Daniel



Câmara Ambiental da Indústria Paulista

Ocorreu em 13 de setembro, com os seguintes destaques: 1) apresentação de relato de atividades da respectiva Comissão de Avaliação de Ciclo de Vida (ACV) de Produto, feita pelo coordenador, Eduardo Daniel do Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos, Trefilação e Laminação de Metais Não Ferrosos do Estado de São Paulo (Sindicel), em que se destacaram as atividades dentro do Programa Brasileiro do Ciclo de Vida (PBACV), a organização de uma Oficina de Esclarecimento sobre ACV e o PBACV; 2) apresentação, pelo DMA, da situação do tema resíduos sólidos, reciclagem e logística reversa, nos âmbitos federal, estadual e municipal e seu potencial impacto nos diversos setores industriais, bem como sobre os acordos setoriais; e a situação do tema "gestão de áreas contaminadas e seus marcos regulatórios", nos âmbitos federal e estadual.

Legislação Ambiental Diplomas Legais Recentes

Federal

Resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) nº. 3887, de 6 de setembro de 2012 - Altera o anexo da Resolução ANTT nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

Resolução ANTT nº. 3886, de 6 de setembro de 2012 - Altera a Resolução ANTT nº 3.665, de 4 de maio de 2011, que atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Resolução ANTT nº. 3880, de 22 de agosto de 2012 - Estabelece os códigos e os desdobramentos para as infrações aplicáveis devido à inobservância do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Resolução da Agência Nacional das Águas (ANA) nº. 463, de 3 de setembro de 2012 - Aprova condicionantes relativas a sistemas de transposição de desnível para a navegação em declarações de reserva de disponibilidade hídrica e outorgas de direito de uso de recursos hídricos de aproveitamentos hidrelétricos em cursos d'água de domínio da União.

Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) nº. 144, de 10 de julho de 2012 - Estabelece diretrizes para implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, em atendimento ao art. 20 da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que alterou o art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Resolução CNRH nº. 143, de 10 de julho de 2012 - Estabelece critérios gerais de classificação de barragens por categoria de risco, dano potencial associado e pelo volume do reservatório, em atendimento ao art. 7º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

Resolução CNRH nº. 142, de 10 de julho de 2012 - Altera o prazo da Resolução CNRH nº 106, de 23 de março de 2010, que institui o Cadastro de Organizações Cíveis de Recursos Hídricos (Coreh), com o objetivo de manter em banco de dados registro de organizações cíveis de recursos hídricos para fins de habilitação para representação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

Resolução CNRH nº. 141, de 10 de julho de 2012 - Estabelece critérios e diretrizes para implementação dos instrumentos de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de enquadramento dos corpos de água em classes, segundo os usos preponderantes da água, em rios intermitentes e efêmeros, e dá outras providências.

Portaria Interministerial nº. 319, de 19 de setembro de 2012 - Institui o Grupo de Trabalho Interministerial de

Juventude e Meio Ambiente - GT Juventude e Meio Ambiente.

Portaria do Ministério de Meio Ambiente (MMA) nº. 250, de 24 de julho de 2012 - Define o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) de 2013.

Instrução Normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) nº. 8, de 3 de setembro de 2012 - Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem.

Projetos de Lei (PL)

PL nº. 4409/2012 - Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 para obrigar o fabricante a informar na própria embalagem sobre o descarte do produto.

PL nº. 4361/2012 - Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para direcionar parte dos Recursos obtidos pela aplicação das multas ambientais, à implementação das Políticas públicas e Ações em Educação Ambiental.

Estadual (SP)

Decreto nº. 58.392, de 12 de setembro de 2012 - Institui, junto à Casa Civil, Grupo de Trabalho com o objetivo de diagnosticar e propor ações para agilizar o licenciamento ambiental e demais autorizações e dá providências correlatas.

Decreto nº. 58.383, de 12 de setembro de 2012 - Altera dispositivos do inciso II do artigo 12 do Decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009, com a redação dada pelo Decreto nº 57.959, de 05 de abril de 2012, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema), e dá providências correlatas.

Resolução conjunta da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) nº. 3, de 24 de agosto de 2012 - Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho Interinstitucional para elaborar uma proposta de regulamentação para o uso de algicidas nos cursos d'água superficiais.

Portaria do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) nº. 2157, de 19 de setembro de 2012 - Convoca os usuários de água da Bacia Hidrográfica do Baixo



Tietê a se cadastrarem no Cadastro de Usuários das Águas do Ato Convocatório do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

Portaria Normativa da Fundação Florestal (FF) nº. 172, de 12 de setembro de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos de controle, exercício da fiscalização ambiental e imposição de penalidades aos infratores nas unidades de conservação e dá outras providências.

Portaria da Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) nº. 15, de 24 de agosto de 2012 - Estabelece critérios para a emissão de Certidão de Adimplência com o que determina a legislação de Uso e Conservação do Solo Agrícola no Estado de São Paulo.

Projetos de lei (PL)

PL 566/12 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de Projetos de Arborização Urbana em novos parcelamentos de solo nos Municípios do Estado.

PL 561/12 - Altera a Lei nº 14.626, de 29 de novembro de 2011, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais, e dá providências correlatas.

PL 555/12 - Obriga os postos de combustíveis, empresas prestadoras de serviços de lavagem de veículos, transportadoras e empresas prestadoras de serviços de transporte coletivo urbano e rodoviário de passageiros a instalarem equipamentos para tratamento e reutilização da água usada na lavagem de veículos.

PL 551/12 - Dispõe sobre a divulgação do tempo de decomposição das embalagens plásticas produzidas no Estado.

PL 547/12 - Institui o Programa Estadual de Incentivo ao uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais reciclados provenientes da indústria petroquímica.

PL 396/12 - Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE).

Nota de Esclarecimento

Inventário Nacional de PCB

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por intermédio da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria comunica que está realizando o “Inventário Nacional de PCB”. No Brasil, a proibição de uso de PCB (Bifenilas Policloradas) data de 1981, por meio da Portaria Interministerial 019/81. No entanto, segundo o MMA, existem muitos equipamentos ainda em operação e uma grande quantidade desses produtos estocados aguardando destinação final. O Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria solicita o preenchimento do formulário de “Inventário Nacional de PCB”, disponível em <http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/convencao-de-estocolmo/plano-nacional-de-implementacao>, por todas as empresas do setor industrial. O prazo para resposta a solicitação, é até o dia **09 de outubro de 2012**. O documento preenchido poderá ser encaminhado para o endereço 505 N Bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz, Sala T14 – Departamento de Qualidade Ambiental na Indústria, CEP 707030-542 – Brasília – DF, ou para o e-mail (paulo.toledo@mma.gov.br).